

Foz do Rio Claro  
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis em  
31 de dezembro de 2018**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>5</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>9</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações contábeis</b>	<b>10</b>



KPMG Auditores Independentes  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil  
Telefone +55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

Aos Acionistas e Diretores da  
Foz do Rio Claro Energia S.A.  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Foz do Rio Claro Energia S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Foz do Rio Claro Energia S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

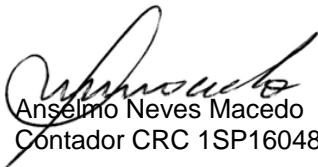


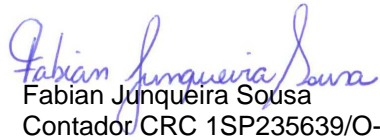
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

  
Anselmo Neves Macedo  
Contador CRC 1SP160482/O-6

  
Fabian Junqueira Sousa  
Contador CRC 1SP235639/O-0

# Foz do Rio Claro Energia S.A.

## Balancos patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo circulante</b>		<b>37.151</b>	<b>36.904</b>
Caixa e equivalentes de caixa	5	14.858	15.956
Títulos e valores mobiliários	6	8.963	9.752
Contas a receber de clientes	7	10.741	8.601
Despesas pagas antecipadamente	9	2.550	2.552
Outros ativos		39	43
<b>Não circulante</b>		<b>329.614</b>	<b>339.260</b>
Impostos a recuperar		130	130
Adiantamento a fornecedores		1.012	868
Cauções e depósitos judiciais	8	6.635	7.524
Despesas pagas antecipadamente	9	1.274	3.821
Outros ativos		325	868
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	420	420
Imobilizado	11	318.308	323.997
Intangível	12	1.510	1.632
<b>Total do ativo</b>		<b>366.765</b>	<b>376.164</b>
	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo circulante</b>		<b>36.073</b>	<b>45.638</b>
Empréstimos e financiamentos	13	15.976	15.979
Fornecedores	14	7.698	16.121
Salários, férias e encargos sociais		509	386
Impostos e contribuições sociais a recolher	15	2.075	1.989
Dividendos declarados - Partes relacionadas	21.1	7.045	8.020
Provisões para gastos com UBP		429	410
Provisões para gastos ambientais		-	69
Taxas regulamentares e setoriais		2.341	2.664
<b>Não circulante</b>		<b>121.376</b>	<b>136.508</b>
Empréstimos e financiamentos	13	112.884	127.571
Provisões para contingências	16	2.167	1.945
Provisões para gastos com UBP		3.397	3.298
Outras obrigações		2.928	3.694
<b>Patrimônio líquido</b>	17	<b>209.316</b>	<b>194.018</b>
Capital social		168.270	168.270
Reserva de lucros		41.046	25.748
<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>366.765</b>	<b>376.164</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Foz do Rio Claro Energia S.A.

## Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>18</b>	<b>73.667</b>	<b>76.509</b>
<b>Custos operacionais</b>			
Custos dos serviços prestados		(17.137)	(15.808)
Compra de energia elétrica		(7.504)	(21.781)
Depreciação e amortização		(9.209)	(9.381)
Utilização do bem público - UBP		(83)	(83)
	<b>19</b>	<b>(33.933)</b>	<b>(47.053)</b>
<b>Lucro bruto</b>		<b>39.734</b>	<b>29.456</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Administrativas e gerais		(1.071)	(1.276)
Pessoal		(2.413)	(1.421)
Honorários da diretoria e conselho de administração	<b>21.3</b>	(567)	(670)
Depreciação e amortização		(40)	(45)
	<b>19</b>	<b>(4.091)</b>	<b>(3.412)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>		<b>35.643</b>	<b>26.044</b>
Despesas financeiras	<b>20</b>	(14.238)	(15.709)
Receitas financeiras	<b>20</b>	1.538	2.481
		<b>(12.700)</b>	<b>(13.228)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>22.943</b>	<b>12.816</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>22</b>	(2.881)	(3.215)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>20.062</b>	<b>9.601</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Foz do Rio Claro Energia S.A.

## Demonstrações do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	20.062	9.601
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>20.062</u></b>	<b><u>9.601</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



## Foz do Rio Claro Energia S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reserva de lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>168.270</b>	<b>1.207</b>	<b>17.220</b>	<b>-</b>	<b>186.697</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.601	9.601
Reserva Legal	-	480	-	(480)	-
Dividendos declarados	-	-	-	(2.280)	(2.280)
Transferência para reserva de lucros	-	-	6.841	(6.841)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>168.270</b>	<b>1.687</b>	<b>24.061</b>	<b>-</b>	<b>194.018</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.062	20.062
Reserva Legal	-	1.003	-	(1.003)	-
Dividendos declarados	-	-	-	(4.764)	(4.764)
Transferência para reserva de lucros	-	-	14.295	(14.295)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>168.270</b>	<b>2.690</b>	<b>38.356</b>	<b>-</b>	<b>209.316</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# Foz do Rio Claro Energia S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício		20.062	9.601
<b>Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>			
Depreciação e amortização	11 e 12	9.332	9.509
Repactuação do risco hidrológico		2.547	2.547
Encargos sobre dívidas	20	12.125	13.987
Outras variações monetárias líquidas		680	209
Receita de aplicações financeiras		(529)	(894)
Descontos financeiros obtidos		(1)	(4)
Baixa de Ativos	11 e 12	159	568
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes		2.881	3.215
Outros		515	(3)
		<b>47.771</b>	<b>38.735</b>
<b>(Aumento) redução no ativo</b>			
Contas a receber de clientes		(2.149)	989
Impostos a recuperar		(284)	258
Despesas pagas antecipadamente		2	-
Outros ativos circulantes		4	18
Outros ativos não circulantes		321	(2.046)
		<b>(2.106)</b>	<b>(781)</b>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>			
Fornecedores		(8.423)	(3.347)
Provisões para contingências		(284)	1.057
Taxas regulamentares e setoriais		642	149
Salários, férias e encargos sociais		123	177
Impostos e contribuições sociais a recolher		(3)	606
Provisões para gastos ambientais		(69)	7
Provisões de constituição dos ativos		-	(494)
Outros passivos circulantes		(415)	(426)
Outros passivos não circulantes		(145)	427
		<b>(8.574)</b>	<b>(1.844)</b>
<b>Impostos e contribuições pagos sobre o lucro</b>		<b>(2.508)</b>	<b>(1.818)</b>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		<b>34.583</b>	<b>34.292</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>			
Resgates em títulos e valores mobiliários		1.318	942
Adições no imobilizado	11	(4.445)	(8.341)
Adições no intangível	12	-	(3)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>		<b>(3.127)</b>	<b>(7.402)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Pagamentos de dividendos		(5.739)	-
Amortização de principal do financiamento		(15.513)	(15.387)
Amortização de juros do financiamento		(11.302)	(12.421)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos</b>		<b>(32.554)</b>	<b>(27.808)</b>
<b>Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.098)</b>	<b>(918)</b>
<b>Demonstração do aumento no caixa e equivalente de caixa</b>			
Saldo no início do exercício	5	15.956	16.874
Saldo no final do exercício	5	14.858	15.956
<b>Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(1.098)</b>	<b>(918)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)*

### 1 Informações gerais

A Foz do Rio Claro Energia S/A (Companhia), é uma “SPE - Sociedade de Propósito Específico” e foi constituída em 16 de janeiro de 2006 com a finalidade de explorar o potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro, Municípios de São Simão e Caçu, no Estado de Goiás, denominado Usina Hidrelétrica Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), bem como das respectivas Instalações de Interesse Restrito à Central Geradora e a comercialização ou utilização da energia elétrica produzida.

O Superintendente de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, por meio do Despacho nº 2.252 de 4 de agosto de 2010, liberou a unidade geradora UG1, de 34.200 kW de capacidade instalada da UHE Engº José Luiz Muller de Godoy Pereira (antiga Foz do Rio Claro), para início da operação comercial a partir de 5 de agosto de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema. Em 1º de dezembro de 2010, por meio do Despacho nº 3.682, foi liberada a unidade geradora UG2, de 34.200 kW de capacidade instalada, para início da operação comercial a partir de 2 de dezembro de 2010, quando a energia produzida pela unidade geradora passou à estar disponível ao sistema.

O Contrato de Concessão de Serviço Público para Geração de Energia Elétrica nº 005/2006-MME-UHE FOZ DO RIO CLARO, datado de 15 de agosto de 2006, celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL outorgou à Companhia a concessão de Serviço de Geração de Energia Elétrica pelo prazo de 35 anos (até 14 de agosto de 2041), que consiste na exploração do potencial de energia hidrelétrica localizado no Rio Claro e com potência instalada mínima de 68,4 MW, sem previsão atual na legislação de prorrogação.

O contrato de concessão estabelece que a extinção das concessão determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço.

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis em 28 de fevereiro 2019.

#### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

#### 2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Nota 7 - Contas a receber de clientes: Valores referentes a provisão de receita no mercado de curto prazo; Nota 11 - Provisão para redução ao valor recuperável: Teste de redução ao valor recuperável de ativos; Nota 16 - Provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

### **2.5 Mudança nas principais políticas contábeis**

A Companhia adotou o CPC 48 9 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018, contudo, sem efeito material nessas demonstrações contábeis.

#### **CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente**

Esta norma enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida.

A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo contabilizados a partir de 1º de janeiro de 2018. Para os contratos que começaram e concluíram no mesmo exercício de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do exercício mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, e a Companhia concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração descritos na Nota 3.7 e 18, que não houve impacto significativo nestas demonstrações contábeis

#### **CPC 48 - Instrumentos Financeiros**

O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo de perdas esperadas em substituição ao modelo atual de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos:

• Classificação e mensuração

Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis.

	Classificação CPC 38	Classificação CPC 48
Equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio de resultado	Valor justo por meio de resultado
Depósitos judiciais	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Contas a receber de clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado

Em relação à classificação dos passivos financeiros, a Companhia não possui montantes mensurados ao VJR, portanto, não houve impacto nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção da norma.

• Redução ao valor recuperável

A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Contas a receber de clientes. Para o exercício de 2018, a Companhia realizou uma análise de crédito de seus clientes, nos ambientes ACR e MCP e concluiu não haver indícios de perdas de crédito para os faturamentos realizados, considerando as garantias existentes nos contratos de venda de energia e por parte do faturamento ser decorrente de vendas para sua controladora. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

### 3 Sumário das principais práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

#### 3.1 Instrumentos financeiros

##### Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### **Classificação e mensuração subsequente**

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

#### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas.
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração.

#### ***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

#### ***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:***

- Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

- Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

- Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

- Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**Desreconhecimento**

***Ativo Financeiro***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

**Compensação**

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**3.2 Redução ao valor recuperável**

**Ativos financeiros não-derivativos**

***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato.

A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking).

#### ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

#### ***Ativos financeiros com problemas de recuperação***

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

#### ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

#### ***Baixa***

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

#### ***Ativos não financeiros***

A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa – UGC).



Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

### **3.3 Provisões**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como mais provável que não haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### **3.4 Imobilizado**

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015.

### **3.5 Intangível**

Software: o ativo intangível está registrado pelo custo de aquisição deduzido da melhor estimativa de amortização. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Os ativos intangíveis são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômico.

Uso do bem Público - UBP: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico. O registro desta obrigação ocorre na data da Licença de Instalação - LI (04 de junho de 2008), a valor presente, e a contrapartida na conta de ativo intangível. O valor do UBP é trazido a valor presente até a data de entrada em operação, atualizado anualmente utilizando o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Sua amortização ocorre linearmente pelo prazo da concessão.

### **3.6 Tributação**

#### ***Impostos sobre as vendas***

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

-Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%; e

-Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%.

Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

#### ***Imposto de renda e contribuição social – correntes***

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas as alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R\$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

#### ***Imposto de renda e contribuição social - diferidos***

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

#### ***Pesquisa e Desenvolvimento – P&D***

A Companhia, em conformidade com a Lei 9.991/2000, aplica 1% de sua Receita Operacional Líquida em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica – P&D.

#### ***Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica***

A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido.

### **3.7 Receita**

#### ***Receita de geração de energia elétrica***

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfazer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

(i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia vende a energia produzida no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a comercialização da energia elétrica ocorre para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia. Neste ambiente foi destinado o limite de 100% da garantia física, equivalente a 41 MW médios, cujo o preço médio de venda atualizado em dezembro de 2018 é de R\$ 209,49 MH/h, reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de agosto de 2006.

(ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

### 3.8 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

### 3.9 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis, são ajustados pelo seu valor presente.

## 4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

### CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Não haverá impactos relevantes na adoção da norma.

### ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

O ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não haverá impactos da adoção do ICPC 22 na Companhia.

## 5 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
<b><u>Caixa e equivalentes de caixa:</u></b>		
Numerário disponível	1.913	2.804
Aplicações financeiras	12.945	13.152
	<b><u>14.858</u></b>	<b><u>15.956</u></b>

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 90% do CDI em 31 de dezembro de 2018, comparado entre 95,87% do CDI em 31 de dezembro de 2017.

## 6 Títulos e valores mobiliários

	Instituição	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo circulante</b>				
Títulos e valores mobiliários	BNDES	De 90% até 97% do CDI	8.963	9.752
			<b>8.963</b>	<b>9.752</b>

Referem-se à constituição de conta reserva definida no contrato de empréstimo da Companhia com o BNDES. Esta conta consiste na obrigação de manter, no mínimo, três prestações do financiamento retidas.

A Administração da Companhia optou em vincular o saldo da conta reserva a investimento em aplicação financeira TRUSTEE, tendo como característica o baixo risco de crédito, referenciado em DI, no qual o rendimento consiste na variação de cotas mensais com remuneração variável em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

## 7 Contas a receber de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo circulante</b>		
Suprimento de energia elétrica	8.591	8.333
Liquidação positiva CCEE	2.150	268
	<b>10.741</b>	<b>8.601</b>

## 8 Depósitos judiciais

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Natureza dos depósitos judiciais</b>		
Trabalhistas	679	998
Cíveis	3.200	3.025
Desapropriações	2.756	3.501
	<b>6.635</b>	<b>7.524</b>

## 9 Despesas pagas antecipadamente

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Ativo circulante</b>		
Prêmio de seguros - diversos	3	5
Prêmio de seguros - risco hidrológico	2.547	2.547
	<b>2.550</b>	<b>2.552</b>
<b>Ativo não circulante</b>		
Prêmio de seguros - risco hidrológico	1.274	3.821
	<b>1.274</b>	<b>3.821</b>

Em 28 de dezembro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL o interesse pela repactuação do risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100. Em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a repactuação do risco hidrológico da UHE Foz do Rio Claro.

O prazo para apropriação/amortização do pagamento do prêmio de risco para fazer frente aos efeitos de 2015 é de 4 anos e 6 meses, com início a partir de janeiro de 2016. Após esse período a Companhia iniciará o pagamento de prêmio a partir de 1º de julho de 2020 à CCRBT - Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias e término em 31 de dezembro de 2039 (data de término do suprimento dos CCEARs).

A partir de janeiro de 2016 ocorre mensalmente a amortização linear do prêmio de seguro do risco hidrológico. O registro contábil inicial consistiu na criação de uma despesa antecipada em contrapartida à redução do custo de energia comprada para revenda no resultado.

## 10 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2016	Adições	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Imposto de Renda diferido	309	-	309	-	309
Contribuição Social diferida	111	-	111	-	111
	<b>420</b>	<b>-</b>	<b>420</b>	<b>-</b>	<b>420</b>

O IRPJ e a CSLL diferidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis aos prejuízos fiscais e às bases negativas, que não possuem prazo prescricional, mas têm o seu aproveitamento limitado a 30% dos lucros anuais tributáveis. Sua recuperabilidade está suportada por projeções aprovadas pela Administração quanto à evolução positiva dos resultados futuros da Companhia que preveem que a realização do IRPJ e CSLL diferidos em seus próximos exercícios. Com a mudança no regime tributário da Companhia para lucro presumido por regime de caixa não houve alteração no controle dos impostos diferidos.

## 11 Imobilizado

A composição e movimentação do custo do imobilizado e da depreciação é a seguinte:

	Taxa média anual de depreciação	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Transferência para Intangível	31/12/2017	Adições	Baixas	Outros	31/12/2018
<b>Em serviço</b>											
Terrenos	-	3.129	-	-	-	-	3.129	4.247	-	-	7.376
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2%	111.087	-	-	(767)	-	110.320	-	-	-	110.320
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias	2%	98.116	-	-	832	-	98.948	-	-	-	98.948
Máquinas e Equipamentos	3%	149.625	95	-	1.482	-	151.202	198	-	-	151.400
Veículos	15%	60	-	-	-	-	60	-	-	-	60
Móveis e Utensílios	9%	141	2	-	(88)	-	55	-	-	-	55
<b>Em curso</b>		10.145	19.362	(563)	(1.459)	(176)	27.309	-	(159)	(765)	26.385
<b>Total do custo do imobilizado</b>		<b>372.303</b>	<b>19.459</b>	<b>(563)</b>	<b>-</b>	<b>(176)</b>	<b>391.023</b>	<b>4.445</b>	<b>(159)</b>	<b>(765)</b>	<b>394.544</b>
<b>Depreciação</b>											
Reservatórios, Barragens e Adutoras		(15.816)	(2.446)	-	207	-	(18.055)	(2.435)	-	-	(20.490)
Edificações, Obras Cívicas e Benfeitorias		(12.828)	(2.192)	-	9	-	(15.011)	(2.023)	-	-	(17.034)
Máquinas e Equipamentos		(28.906)	(4.725)	-	(277)	-	(33.908)	(4.738)	-	-	(38.646)
Veículos		(25)	(8)	-	-	-	(33)	(9)	-	-	(42)
Móveis e Utensílios		(65)	(15)	-	61	-	(19)	(5)	-	-	(24)
<b>Total da depreciação</b>		<b>(57.640)</b>	<b>(9.386)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(67.026)</b>	<b>(9.210)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(76.236)</b>
<b>Total do imobilizado líquido</b>		<b>314.663</b>	<b>10.073</b>	<b>(563)</b>	<b>-</b>	<b>(176)</b>	<b>323.997</b>	<b>(4.765)</b>	<b>(159)</b>	<b>(765)</b>	<b>318.308</b>

## 12 Intangível

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia tem a obrigação de efetuar pagamento pelo UBP. A composição e movimentação do custo do intangível e da amortização é a seguinte:

	Taxa média anual de amortização	31/12/2016	Adições	Baixas	Transferência do Imobilizado	31/12/2017	Adições	31/12/2018
<b>Em serviço</b>								
Software	20%	144	3	(5)	176	318	-	318
Outros intangíveis	19%	187	-	-	-	187	-	187
Uso do bem público - UBP	3%	2.593	-	-	-	2.593	-	2.593
<b>Total do custo do intangível</b>		<b>2.924</b>	<b>3</b>	<b>(5)</b>	<b>176</b>	<b>3.098</b>	<b>-</b>	<b>3.098</b>
<b>Amortização</b>								
Software		(60)	(4)	-	-	(64)	(3)	(67)
Outros intangíveis		(86)	(36)	-	-	(122)	(36)	(158)
Uso do bem público - UBP		(1.197)	(83)	-	-	(1.280)	(83)	(1.363)
<b>Total da amortização</b>		<b>(1.343)</b>	<b>(123)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.466)</b>	<b>(122)</b>	<b>(1.588)</b>
<b>Total do intangível líquido</b>		<b>1.581</b>	<b>(120)</b>	<b>(5)</b>	<b>176</b>	<b>1.632</b>	<b>(122)</b>	<b>1.510</b>

## 13 Empréstimos e financiamentos

(a) O saldo de empréstimos e financiamentos é composto da seguinte forma:

Instituições financeiras / credores	Vencimento	(% a.a.) Taxa efetiva	Circulante				Não circulante - Principal	
			Encargos	Principal	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
BNDES	15/03/2027	TJLP + 2,44%	405	15.571	15.976	15.979	112.884	127.571

O financiamento junto ao BNDES teve como finalidade a construção e a implantação da linha de transmissão para conexão do Sistema Interligado Nacional da Usina Hidrelétrica Eng<sup>o</sup> José Luiz Muller de Godoy Pereira. Tem como garantia o penhor de ações da Alupar Investimento S.A. na Foz do Rio Claro Energia S/A., penhor dos direitos emergentes do Contrato de Concessão e penhor dos direitos de crédito e Garantia - reserva de meios de pagamento (CCVE, CCAL e outras).

O contrato de financiamento foi assinado em 9 de abril de 2008, e os recursos relacionados a este financiamento foram liberados pelo BNDES entre o período de junho de 2008 a agosto de 2010. Este contrato de financiamento possui as seguintes condições contratuais iniciais: remuneração pela TJLP acrescido de juros de 2,44% ao ano, e amortização do principal e encargos em 192 parcelas mensais e consecutivas, vencendo a primeira em 15 de agosto de 2010.

Adicionalmente, foram efetuados três aditivos contratuais, relacionados abaixo:

1. aditivo contratual ocorrido em 2 de junho de 2010: inclusão do acionista FI-FGTS como interveniente no contrato de financiamento.
2. aditivo contratual ocorrido em 12 de julho de 2010: alteração da conta centralizadora a ser utilizada para liquidação do financiamento.

3. aditivo contratual ocorrido em 16 de novembro de 2010: alteração do vencimento da primeira parcela do principal e encargos passou a ser em 15 de abril de 2011. As quantidades de parcelas de amortização não foram alteradas, sendo o vencimento final deste contrato em 15 de março de 2027.

A Companhia possui os seguintes *covenants* estabelecidos em seu contrato de financiamento, apurados e exigidos anualmente:

- Índice de capitalização  $\geq 25\%$
- Índice de cobertura de serviço da dívida  $\geq 1,2$

Em 31 de dezembro de 2018 a companhia atendeu o Índice de Capitalização e o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD). A Companhia tem cumprido com os *covenants* qualitativos e quantitativos durante o ano de 2018, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida.

- (b) As movimentações de empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

	31/12/2017	Ingresso de dívidas	Encargos de dívidas	Amortização de Principal	Amortização de Juros	31/12/2018
<b>Moeda nacional</b>						
BNDES	143.550	-	12.125	(15.513)	(11.302)	128.860

- (c) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificados no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2020	2021	2022	2023	Após 2023	Dívida Total
15.570	15.570	15.570	15.570	50.604	112.884

## 14 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Custo do uso do serviço de transmissão	502	483
Materiais e serviços	5.581	14.817
Retenção contratual	235	209
Compra de energia	412	-
Compra de energia - partes relacionadas	968	612
	<b>7.698</b>	<b>16.121</b>

## 15 Impostos e contribuições sociais a recolher

	31/12/2018	31/12/2017
<b><u>Tributos e contribuições sociais a recolher</u></b>		
Impostos de Renda sobre o Lucro Líquido - IRPJ	626	541
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	378	374
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	6	5
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	137	127
Imposto sobre Serviços - ISS	91	89
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	7	25
Programa de Integração Social - PIS	128	128
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	589	590
Outros	113	110
	<b>2.075</b>	<b>1.989</b>

## 16 Provisões para contingências

A Administração realiza o cálculo dos valores a serem provisionados tomando como base, os valores em risco constantes do parecer dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos e julgamento da administração, de modo que são provisionados os valores relativos às demandas que se entenderem de perda provável

A Administração da Companhia leva em consideração, para divulgação em Nota Explicativa, as demandas jurídicas cujo valor em risco da causa supere R\$ 1.000 e/ou sejam significantes para o negócio da Companhia, tais como ações civis públicas, independentemente do valor em risco. Não constam das notas explicativas as demandas jurídicas cuja probabilidade de perda seja remota.

**(A) Perda provável:** a Companhia figura como parte em demandas com probabilidade provável de perda que, individualmente e, na avaliação de nossa administração, sejam consideradas relevantes para os negócios, a saber:

**(i) Demandas trabalhistas:** 02 processos judiciais de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado de R\$ 635.

	31/12/2017	Ingressos	Reversões	Pagamentos	31/12/2018
<b><u>Processos judiciais</u></b>					
Trabalhista	1.132	-	(213)	(284)	635
Cível	813	719	-	-	1.532
	<b>1.945</b>	<b>719</b>	<b>(213)</b>	<b>(284)</b>	<b>2.167</b>

**(ii) Demandas cíveis:**

Ação de Execução nº 00503476720108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer o pagamento de valores supostamente devidos em decorrência de contrato de empreitada total. O valor em risco aproximado é de R\$ 3.905; e



Ação de Execução nº 00503441520108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 133.

Parte do montante das contendas cíveis estão registradas na rubrica de fornecedores.

**(B) Perda possível:** embora os processos classificados com esta probabilidade de perda não sejam provisionados pela Companhia, no exercício findo de 31 de dezembro de 2018 merecem destaques as seguintes demandas:

**Demandas tributárias:** atualmente existem 14 processos de natureza tributária, com valor em risco aproximado em R\$ 1.178.

**(ii) Demandas cíveis:** atualmente existem 05 processos de natureza cível, de valor em risco aproximado em R\$ 24.906 com natureza de risco possível de perda, valendo mencionar individualmente os seguintes:

Ação de Execução nº 00503424520108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.919;

Ação de Execução nº 00503433020108160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer a revisão do contrato de prestação de serviços. O valor em risco aproximado é de R\$ 1.612;

Ação Monitória nº 00465158420148160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer condenação ao pagamento decorrente de serviços adicionais relacionados ao Contrato de Empreitada. O valor em risco aproximado é de R\$ 10.984.

Ação de Cobrança nº 00316184620178160001 proposta pela Construtora Triunfo S.A. contra a Foz do Rio Claro Energia S.A., na qual a autora requer a condenação referente à multa por rescisão contratual e lucros cessantes. O valor em risco aproximado é de R\$ 10.194.

**(iii) Demandas trabalhistas:** atualmente existem 03 processos de natureza trabalhista, de valor em risco aproximado em R\$ 84 com natureza de risco possível de perda, e que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

**(iv) Demandas arbitrais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

**(v) Demandas ambientais:** não existem demandas dessa natureza com risco possível de perda que, individualmente e, na avaliação da administração da Companhia, sejam considerados relevantes para o negócio.

(vi) **Demandas regulatórias:** atualmente a Companhia é Parte em um processo de ordem regulatória, valendo mencionar o seguinte:

**Ação Ordinária com Pedido de Liminar nº 0027834-41.2013.4.01.3400**, proposta pela Foz do Rio Claro Energia S.A., Ijuí Energia S.A., Usina Paulista de Energia Lavrinhas S.A. e Usina Paulista de Energia Queluz S.A., por intermédio da Associação de Classe (APINE), contra a União Federal, visando a nulidade da aplicação dos efeitos da Resolução CNPE nº 3 que, em suma, objetivou a inclusão dos geradores hidrelétricos no rateio do custo do despacho das Usinas Termelétricas fora da ordem de mérito econômico para garantir o suprimento energético. Atualmente as Geradoras são beneficiadas por liminar impedindo a aplicação dos efeitos desta resolução. O valor somado de Encargos de Serviços do Sistema a ser registrado nas Companhias, caso a liminar não seja mantida, será no montante de R\$ 3.441.

## 17 Patrimônio líquido

### Capital social

Em 31 dezembro de 2018 e 2017 o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 168.270 e está representado por 108.708.978 ações nominativas, sendo 67.717.178 ações ordinárias e 40.991.800 ações preferenciais, sem valor nominal.

	31/12/2018					31/12/2017				
	Ordinárias		Preferenciais		Total	Ordinárias		Preferenciais		Total
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade
<b>Acionistas</b>										
Alupar Investimento S/A	67.717.178	100,00	8.198.360	20,00	75.915.538	67.717.178	100,00	8.198.360	20,00	75.915.538
Fundo de Investimento - FGTS	-	-	32.793.440	80,00	32.793.440	-	-	32.793.440	80,00	32.793.440
<b>Total das ações</b>	<b>67.717.178</b>	<b>100,00</b>	<b>40.991.800</b>	<b>100,00</b>	<b>108.708.978</b>	<b>67.717.178</b>	<b>100,00</b>	<b>40.991.800</b>	<b>100,00</b>	<b>108.708.978</b>

### Reserva de lucros

**a. Reserva legal**

5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários até que essa reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado.

**b. Lucros retidos**

Os lucros remanescentes são mantidos na conta de reserva à disposição da Assembleia, para sua destinação.

**c. Dividendos**

Os dividendos propostos a serem pagos, fundamentado em obrigações estatutárias, são registrados no passivo circulante. O Estatuto Social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício seja distribuído aos acionistas a título de dividendos. Desse modo, no encerramento do exercício social, quando auferido lucro líquido no exercício, e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente a dividendo mínimo obrigatório.

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>20.062</b>	<b>9.601</b>
Reserva legal	(1.003)	(480)
<b>Subtotal</b>	<b>19.059</b>	<b>9.121</b>
Dividendo mínimo obrigatório	(4.764)	(2.280)
Reserva de lucros	(14.295)	(6.841)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Dividendo por ação</b>	<b>0,04382343</b>	<b>0,02097343</b>

**18 Receita operacional líquida**

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receita Bruta</b>			
Suprimento de energia		71.452	72.357
Suprimento de energia - partes relacionadas	20.1	-	6.891
Ajuste positivo CCEE		5.948	1.134
		<b>77.400</b>	<b>80.382</b>
<b>Deduções</b>			
PIS - Programa de integração social		(503)	(522)
COFINS - Contribuição para o financiamento da seguridade social		(2.322)	(2.411)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento		(733)	(765)
TFSEE - Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica		(175)	(175)
		<b>(3.733)</b>	<b>(3.873)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>73.667</b>	<b>76.509</b>

## 19 Custos e despesas operacionais

	Nota	31/12/2018		31/12/2017	
		Custos operacionais	Despesas operacionais	Custos operacionais	Despesas operacionais
<b>Custos não gerenciáveis</b>					
Encargos de uso da rede elétrica		(5.935)	-	(5.701)	-
Compensação financeira		(2.210)	-	(1.624)	-
Utilização do Bem Público - UBP		(83)	-	(83)	-
Doações, contribuições e subvenções		(63)	-	(18)	-
		<b>(8.291)</b>	<b>-</b>	<b>(7.426)</b>	<b>-</b>
<b>Custos gerenciáveis</b>					
Energia comprada para revenda		(4.783)	-	(1.164)	-
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas	20.1	(2.721)	-	(20.617)	-
Seguros		(3.269)	-	(2.847)	-
Alugueis		(53)	(110)	(62)	(146)
Pessoal		(14)	(2.413)	(458)	(1.420)
Honorários da diretoria e conselho de administração		-	(567)	-	(670)
Material		(566)	(13)	(274)	(49)
Serviços de Terceiros		(1.896)	(944)	(1.550)	(827)
Serviços de Terceiros - partes relacionadas	20.1	(2.341)	-	(2.451)	-
Provisão para contingências		(774)	-	(804)	(255)
Outros		(16)	(4)	(19)	-
		<b>(16.433)</b>	<b>(4.051)</b>	<b>(30.246)</b>	<b>(3.367)</b>
<b>Depreciação e Amortização</b>		<b>(9.209)</b>	<b>(40)</b>	<b>(9.381)</b>	<b>(45)</b>
		<b>(9.209)</b>	<b>(40)</b>	<b>(9.381)</b>	<b>(45)</b>
<b>Total</b>		<b>(33.933)</b>	<b>(4.091)</b>	<b>(47.053)</b>	<b>(3.412)</b>

## 20 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	1.528	2.217
Outros ganhos financeiros	10	264
	<b>1.538</b>	<b>2.481</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(11.192)	(12.371)
Variação monetária	(933)	(1.616)
Outros	(2.113)	(1.722)
	<b>(14.238)</b>	<b>(15.709)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(12.700)</b>	<b>(13.228)</b>

## 21 Partes relacionadas

### 21.1 Transações com partes relacionadas

Conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 5 (R1), identifica-se como partes relacionadas os acionistas, empresas ligadas ao grupo controlador, os administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras provenientes de transações ativas e/ou passivas com partes relacionadas são:

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
<b>Passivo circulante</b>			
Dividendos declarados aos acionistas		7.045	8.020
Compra de Energia Elétrica - Alupar Investimentos S.A.	14	968	-
Prestação de serviços - AF Energia S.A		179	-
		<b>8.192</b>	<b>8.020</b>
<b>Receita</b>			
Venda de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	17	-	6.891
		<b>-</b>	<b>6.891</b>
<b>Custos</b>			
Compra de energia elétrica - Alupar Investimentos S.A.	18	1.927	15.996
Compra de energia elétrica - Ferreira Gomes Energia S.A	18	536	4.621
Compra de energia elétrica - Verde 8 Energia S.A	18	258	-
Prestação de serviços - AF Energia S.A	18	2.341	2.451
		<b>5.062</b>	<b>23.068</b>

- As empresas que a Companhia mantém relacionamento são controladas pela Alupar Investimentos S.A.
- A Companhia é controlada pela Alupar Investimentos S.A., a Alupar Investimentos S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda.

### 21.2 Garantias

As transações de garantias estão abaixo relacionadas:

Data da Autorização	Órgão Autorizador	Empresa Garantida	Empresa Garantidora	Contrato	Garantia	Início do Contrato	Encerramento do Contrato	Valor do Contrato	Saldo devedor do contrato em 31/12/2018
11/02/08	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Financiamento BNDES	Fiança irrestrita	09/04/08	15/03/27	201.630	128.860
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020056900 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	10/02/11	Indeterminado	2.435	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411020057200 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	10/02/11	Indeterminado	1.791	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
14/03/11	Conselho de Administração	Foz	Alupar	Fiança	Prestação de Aval na Fiança nº 100411030052800 decorrente de quantias questionadas nos autos de Ação de Execução de Título Extrajudicial movida pela Construtora Triunfo em face da Foz.	04/03/11	Indeterminado	2.114	A fiança será extinta tão logo a ação seja julgada.
03/12/12	Diretoria	Foz	Alupar	Fiança	Instrumento Particular de Constituição de Garantia por Prestação de Fiança nº 181386812 - ONS	03/12/12	25/11/19	953	13

### 21.3 Remuneração da alta administração

A política de remuneração da Companhia aplicável aos Administradores estabelece uma remuneração fixa aos membros da Diretoria e aos membros do Conselho de Administração. O Conselho de Administração faz jus a remuneração equivalente até 10% daquela devida à Diretoria.

	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo (a)	(511)	(614)
Remuneração do conselho	(56)	(56)
<b>Total</b>	<b>(567)</b>	<b>(670)</b>

- (a) Compostos por ordenados, salários, contribuições para benefícios como assistência médica, seguro de vida e vale refeição.

### 22 Imposto de renda e contribuição social correntes

	31/12/2018		31/12/2017	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro Antes do IR e CS	22.943	22.943	12.816	12.816
<b>Apuração Lucro Presumido</b>				
Faturamento e Liquidação CCEE	77.409	77.409	80.382	80.382
Presunção do lucro - 8% / 12%	6.193	9.289	6.431	9.646
Receita financeira	1.530	1.530	2.242	2.242
<b>Base de cálculo IR e CS</b>	<b>7.723</b>	<b>10.819</b>	<b>8.673</b>	<b>11.888</b>
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de adicional IRPJ	10%	-	10%	-
	<b>1.906</b>	<b>974</b>	<b>2.143</b>	<b>1.070</b>
Outros ajustes	1	-	2	-
<b>Total dos tributos correntes</b>	<b>1.907</b>	<b>974</b>	<b>2.145</b>	<b>1.070</b>
Alíquota efetiva	<b>12,55%</b>		<b>25,09%</b>	

### 23 Instrumentos financeiros e gestão de risco

#### Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração.

#### 23.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo e classificação dos instrumentos financeiros foram as seguintes:

	31/12/2018		31/12/2017		Mensuração do valor justo	Classificação por categoria
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
<b>Ativo</b>						
Caixa	1.913	1.913	2.804	2.804	-	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	12.945	12.945	13.152	13.152	Nível I	Valor justo por meio de resultado
Títulos e valores mobiliários	8.963	8.963	9.752	9.752	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	10.741	10.741	8.601	8.601	-	Custo amortizado
Depósitos judiciais	6.635	6.635	7.524	7.524	-	Custo amortizado
	<b>41.197</b>	<b>41.197</b>	<b>41.833</b>	<b>41.833</b>		
<b>Passivo</b>						
Fornecedores	7.698	7.698	16.121	16.121	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	128.860	128.860	143.550	143.550	-	Custo amortizado
Uso do bem público	3.826	3.826	3.708	3.708	-	Custo amortizado
	<b>140.384</b>	<b>140.384</b>	<b>163.379</b>	<b>163.379</b>		

Empréstimos e financiamentos (BNDES): em decorrência desse contrato não ser contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas a um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.

Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

### 23.2 Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e
- **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de dezembro de 2018, não houveram transferências entre avaliações de valor justo entre os níveis I, II e III.

### 23.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios:

### ***Risco de crédito***

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência.

### ***Risco de taxas de juros***

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

### ***Risco de regulação***

As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

### ***Risco Hidrológico***

A combinação dos três fatores: (i) baixo nível de armazenamento de energia nos reservatórios do SIN (ii) permanência do atual cenário de despacho termoeletrico elevado (iii) a obrigação de entrega da garantia física - poderá resultar em uma exposição da Companhia ao mercado de energia de curto prazo, o que pode afetar os seus resultados financeiros futuros. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia à um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF (Generation Scaling Factor) para os geradores hidrelétricos. Para mitigar os efeitos em 14 de janeiro de 2016 a ANEEL anuiu a a repactuação do risco hidrológico da UHE Foz do Rio Claro nos termos da Lei nº 13.203/2015 e da Resolução Normativa ANEEL nº 684/2015 no ACR no produto SP 100.

### ***Risco de Descontratação***

Atualmente, todos os recursos das hidrelétricas da Companhia estão vendidos para o ACR. A receita de geração estão sujeitas também ao preço de contratação desta energia. Eventuais sobras ou faltas de energia terão o seu preço determinado nas condições do mercado de curto prazo, ou seja, Preço de Liquidação das Diferenças (PLD).

### ***Risco de taxas de câmbio***

A Companhia não tem operações em moeda estrangeira.



### Risco de liquidez

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

A Companhia tem como política a eliminação dos riscos de mercado, evitando assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

### Análise de sensibilidade

#### Análise de sensibilidade das dívidas

Com base no relatório FOCUS de 28 de dezembro de 2018, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Indexador	Taxa de juros a.a.	Posição em 31/12/2018	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano					
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)	
BNDES								
TJLP +	2,44%	112.884	3,49%	5,24%	6,98%	8,73%	10,47%	
			6.790	8.808	10.826	12.844	14.862	

## 24 Benefícios a empregados

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada.

No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. Os valores investidos em benefícios a empregados somam o valor de R\$ 705 em 31 de dezembro 2018 e R\$ 440 em 31 de dezembro de 2017.

\* \* \*

Patrícia Nalini Savio Ferreira  
 Contadora - CRC 1SP237063/O-2